
**TEORIA E PRÁTICA DO BINÓMIO ESTRATÉGIA
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

José Medeiros Ferreira

TEÓRIA E PRÁTICA DO BINÓMIO ESTRATÉGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1)

A origem do conceito de estratégia entronca na actividade militar. Porém, começando por ser uma arte militar, de aplicação antes e depois das batalhas, e excluída por definição enquanto estas duram — pois aí é a tática que comanda a violência —, a compreensão do conceito de estratégia estendeu-se de tal modo que abrange hoje toda a procura consciente de alcançar objectivos, sejam estes militares, económicos, políticos, diplomáticos, psicológicos ou outros. A estratégia será, assim, uma técnica de utilização de meios.

Há quem lhe chame arte ou ciência. Mas sendo uma actividade toda feita de aplicação, parece-me correcto ultrapassar o embaraço geral da escolha entre arte ou ciência situando-a ao nível técnico.

No binómio que nos propomos tratar hoje — estratégia e relações internacionais — fica assim desde logo clarificado que se entende a estratégia como meio e as relações internacionais como fim. Para situar estratégia e relações internacionais ambas como meios terá que se erguer uma nova plataforma teleológica, que se afirma ser a segurança internacional ou a guerra.

Sabemos que esta dialéctica não é assim tão simples e que, pouco a pouco, as necessidades estratégicas se foram impondo como factor determinante das relações internacionais em geral e da política externa de certos Estados em particular. A história desta alteração é frequentemente a história da evolução do pensamento estratégico da instituição militar. Mas nem todo o pensamento estratégico militar defende tal atitude.

Vejamos essa evolução nas suas grandes linhas:

Na sua concepção iluminista, a estratégia propunha-se ganhar teoricamente as guerras antes das batalhas, consistindo toda a arte nas manobras

(1) Conferência proferida nos colóquios organizados pelos alunos do curso de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — Lisboa, Março de 1984.

prévias e na colocação das tropas no terreno. Eram as guerras de posição em que os vencedores se decidiam pelos postos que ocupavam ao findar o dia depois de um contacto com o inimigo. De noite não havia combates. Foi, em França, a época do Marechal Turenne, em que se entendia por estratégia a execução de manobras tendentes a forçar o adversário a travar a batalha nas condições mais desfavoráveis. É essa «manobra para a batalha» que, mais tarde, caracterizará o génio guerreiro de Napoleão, mestre na dispersão e na concentração de forças.

Será exactamente com Napoleão que o conceito de estratégia se alça à dimensão política e determina mesmo, em parte, as relações internacionais do consulado e do império. A acção de Napoleão em Itália tem tanto de militar como de política, e ele utiliza, até, mais instrumentos políticos do que militares na criação dos diversos Estados da Península Itálica. Mas a forma como dá corpo à Confederação Helvética tem muito a ver com a necessidade «estratégica» de utilizar as vias alpinas. Foram assim variados os domínios em que Bonaparte exerceu a sua acção estratégica, desde o bloqueio continental que o faz vir até Lisboa até à outorga de diferentes estatutos territoriais a tantos países ocupados pelas suas tropas e com os quais pretendeu solucionar militarmente muitas campanhas. O próprio facto de nunca ter concedido um estatuto definitivo a Portugal significa que preferiu manter as mãos livres para negociar com a potência marítima o porto de Lisboa em caso de desanuviamento.

Foi, porém, com o Estado prussiano e com o Alto Estado-Maior alemão que a estratégia passou historicamente a comandar a acção política. A unidade alemã é de facto realizada — não pelas burguesias dispersas de uma revolução industrial feita em grande parte pela acção do próprio Estado — mas através de uma categoria burocrático-militar que seria a estrutura real dessa unidade alemã. Para destruir a unidade alemã foi necessário destruir as suas forças armadas.

Todavia o estadista paradigmático do Estado prussiano, Otto von Bismark, embora devesse a sua nomeação para chanceler ao Alto Estado-Maior prussiano em litígio com a Dieta, jamais se curvou às exigências da estratégia militar quando estas contradiziam os seus objectivos em política externa, nomeadamente na questão das alianças. Foi assim também com a expansão colonial, que Bismark utilizou apenas como meio para impor a Alemanha na Europa recusando entrar em conflito sério por causas coloniais. Após 1871 vê mesmo nessa expansão sobretudo uma forma de

orientar a França para fora do continente europeu, forma passível ainda de provocar algumas crises nas relações entre a França e a Grã-Bretanha, impedindo o entendimento destas contra a Alemanha.

Portugal não compreendeu a tempo a natureza da política colonial bismarkiana e jamais encontrará forte apoio dela em qualquer litígio relacionado com as suas colónias. Foi este um dos erros de entendimento por parte de Barros Gomes que pretendeu apoiar-se na Alemanha para nos libertar um pouco da tutela inglesa na política africana. Assim em 1888 Bismark, num despacho sobre a questão de Zanzibar, declarava não querer nenhuma querela com Londres por causa de África.

Já o Kaiser Guilherme II cai inteiramente nas mãos dos estrategistas do Estado-Maior alemão, exactamente aqueles que, como o General Ludendorff, teorizam a subordinação das finalidades do Estado à estratégia. Afirmava Ludendorff: «A política, em seu todo, deve servir para a guerra».

Como diz Hans Speier, na obra colectiva *Os Mestres da Estratégia*:

«O emprego do tempo de Guilherme II mostra claramente a predominância das autoridades militares sobre as autoridades civis e entre as autoridades militares a predominância das que não tinham responsabilidade parlamentar. O Chefe do Gabinete Militar via o Kaiser três vezes por semana e o Ministro da Guerra apenas o via uma vez por semana. Acresce que um membro do Gabinete Militar estava sempre presente quando o Imperador recebia o Ministro da Guerra enquanto este não tinha nenhum direito de assistir à audiência do primeiro.

(...)

Salvo raríssimas excepções os Ministros da Guerra eram oficiais gerais sem especial distinção militar. Os oficiais mais enérgicos e inteligentes tinham antes a ambição de entrar no Estado-Maior-General. Só os oficiais de segunda ordem serviam no ministério.» (2)

Esta análise do modelo de comportamento do Kaiser Guilherme II ajuda-nos a compreender a importância das decisões tomadas no Alto Estado-Maior e o pouco peso político que era atribuído ao Governo desde o Ministro da Guerra ao Chanceler.

(2) Hans SPEIER, «Ludendorff: La Conception Allemande de la Guerre Totale» in *Les Maîtres de la Stratégie*, direcção de E. Mead Earl, Nancy, Berger-Levrault, Vol. II, pp. 35-36.

Assim, a invasão da Bélgica em Agosto de 1914 deveu-se a meras prioridades estratégicas, compendiadas desde 1906 no Alto Estado-Maior Alemão no chamado *plano Schlieffen*, segundo o qual a rápida invasão da França através das planícies belgas permitiria cercar as tropas francesas, derrotar estas e terminar rapidamente com a guerra. Só que a Bélgica tinha um esquema de segurança derivado das relações internacionais e consubstanciado num estatuto de neutralidade, tendo um dos garantes, a Inglaterra, declarado, por isso, guerra à Alemanha. Eis um exemplo dos efeitos perversos da autonomia da estratégia pura face ao sistema das relações internacionais.

Aliás a forma como se desenvolve a primeira Guerra Mundial, cujas lições foram obscurecidas pela repetição do fenómeno em 39-45, constituiu uma rude prova para os estrategistas militares alemães: tinham previsto a quietude da Rússia face ao «ultimatum» austríaco à Sérvia, a qual não se verificou; afirmaram que a aliança franco-russa não funcionaria mesmo que a Rússia se mobilizasse, e logo o Governo francês se declarou solidário com esta; contavam com o alheamento da Inglaterra face à invasão da Bélgica para fins continentais, e aquela declara-lhes guerra; como corolário das suas previsões praparam-se para uma guerra rápida e esta durará longos quatro anos.

Provocam ainda a guerra submarina no Atlântico, em princípios de 1917, na convicção de que a grande república americana, presidida pelo neutralista Wilson, não entraria na guerra apenas para defender alguns armadores, e, em Fevereiro de 1917, o Congresso vota a entrada dos EUA na guerra. Ora a decisão alemã da guerra submarina «à outrance» (uma espécie de novo bloqueio continental) fora tomada por proposta dos estrategistas militares — desta vez da Armada — e contra a opinião do Chanceler Bethmann Hollweg⁽³⁾.

Segundo os estrategistas militares do almirantado alemão esta decisão permitiria interromper os fornecimentos por via marítima aos Aliados — oriundos sobretudo da América e da Argentina — e obrigar assim a uma negociação de paz num período estimado de seis meses. Foi pelo menos essa a explicação dada pelo Governo alemão ao Governo americano na sua Nota de 31 de Janeiro de 1917.

(3) J. DROZ, *Histoire Diplomatique de 1648 à 1919*, Paris, Dalloz, 3.^a ed., 1972 p. 531.

Estes exemplos servem pois para ilustrar alguns dos efeitos perversos — não tanto da extensão do conceito de estratégia — mas sobretudo da imposição das suas determinantes às decisões em política internacional.

Será o inglês Liddel Hart quem, entre as duas guerras mundiais, teorizará sobre a extensão do conceito da estratégia para domínios mais vastos que o domínio militar, passando então esta a ser encarada como a técnica de utilização de meios para atingir variados objectivos políticos, económicos, sociais e também militares, claro está.

A principal consequência desta teoria será a defesa que o próprio Liddel Hart fará no jornal «Times» em 1937, de um empenhamento militar britânico limitado, caso houvesse guerra no continente europeu, propondo antes a utilização de uma estratégia de tipo económico, estilo bloqueio, dados os recursos do império britânico e o domínio dos mares⁽⁴⁾.

Os Estados, como principais agentes das relações internacionais, vão utilizar cada vez mais uma panóplia variada de estratégias tendentes à prossecução dos seus objectivos na cena internacional.

Cinde-se assim o conceito em estratégia directa e estratégia indirecta consoante se empregue, ou não, nas relações internacionais, a força militar para atingir certos objectivos com o fim de obrigar outro Estado, ou outras entidades, a inflectir o seu comportamento num sentido não imediatamente derivado dos seus próprios interesses nacionais.

Deste modo, enquanto em estado de guerra pode haver uma estratégia global em que a estratégia militar é apoiada pelo concurso das estratégias políticas económicas, diplomáticas ideológicas, psicológicas, etc., já em tempo de paz a condução exterior dos interesses do Estado se faz através de todos os meios excepto dos meios militares directos. Curiosamente é hoje esta a noção mais corrente de estratégia.

Começámos por ver na prática alguns exemplos históricos da interpenetração entre estratégia e relações internacionais. Mas a consciência desses fenómenos acabou por produzir alguns ensaios teóricos.

As escolas que mais cedo tentaram a interpenetração entre a estratégia e as relações internacionais foram as derivadas da geoestratégia que ensaiaram várias explicações para algumas constantes assinaladas na política externa dos Estados. Certas qualidades dos territórios seriam assim determinantes

(*) E. M. EARL, dir., *Les Maîtres de la Stratégie*, op. cit., Vol. II, p. 115.

para o comportamento dos Estados entre si. Nomes como Razzel e Mackinder e a teoria do Poder Terrestre, ou de Mahan e a tese do Poder Marítimo, foram avidamente interpretadas no princípio do século à luz da política internacional da Grã-Bretanha, cuja chave desde o Congresso de Viena parecia essencial para se compreender a evolução da situação mundial.

A Grã-Bretanha sempre pretendeu, com efeito, instaurar no continente euro-asiático um jogo de poderes e contrapoderes que nunca deixasse essa zona geográfica nas mãos de uma só potência. Pelo menos desde Napoleão que a Grã-Bretanha combateria a influência dominante do «perturbador continental», para utilizar os termos do Almirante francês Castex.

A Euro-Ásia constituiria, no dizer do inglês Mackinder, o «coração do mundo», e quem a dominasse dominaria o mundo. Daí que a Grã-Bretanha, preferindo ficar geralmente ao largo das questões continentais europeias, não pudesse permitir, por exemplo, que Napoleão dominasse a Europa Central, o Mediterrâneo, o mar do Norte e Lisboa, pelo menos ao mesmo tempo. Nem que a Alemanha do Kaiser Guilherme ou de Hitler anulasse a França e derrotasse a Rússia.

Já para o Almirante Mahan quem dominasse o mar dominava a terra, embora para dominar o mar, além dos meios navais, fosse necessário controlar alguns pontos de apoio em terra. Daí a explicação para a política de bases navais, nessa altura relacionada com os abastecimentos em víveres e carvão. Crescem também de importância as ilhas e as penínsulas. Mas já será por causa da Segunda Guerra Mundial que o americano Spykman expõe as suas teses do «containment» do poder terrestre pelo poder marítimo através do «Rimland».

O desembarque na Sicília e a prioridade dada à invasão da Itália, em 1943, contra a possível abertura de uma frente no centro da Europa tão reclamada pelos soviéticos, encontra na teoria do «Rimland» de Spykman a sua explicação estratégica teórica: as penínsulas devem pertencer ao controlo da potência marítima para esta poder conter as potências continentais. Foi a Itália em 1943, foi a Coreia em 1950, foi o Vietname nos anos 60. E quando as penínsulas são divididas ao meio, as pontas pertencem à zona de influência marítima. Mas quando as penínsulas se unificam, afastando a influência da potência marítima, as ilhas adjacentes adquirem então uma importância decisiva como ponto de apoio avançado desta.

Existiriam hoje cerca de quinze pontos-chave no que diz respeito às comunicações marítimas mundiais (cinco mares interiores, dois canais transoceânicos e vários pontos de passagem crítica como Malaca, Ormuz, Gibraltar, etc.).

Mas a Segunda Guerra Mundial haveria também de revelar a pertinência das teorias do poder aéreo enunciadas anos atrás pelo italiano Douhet ou por Seversky. A célebre política de bases permanentes fora do território americano encontrará no cruzamento da aplicação das teorias de Spykman e de Seversky a sua mais cabal justificação.

Segundo outro teórico do poder aéreo, o francês Leppotier, uma das zonas em disputa no domínio aéreo seria o Pólo Norte. Daí que certos acontecimentos originados nessas rotas tenham sempre uma especial gravidade. Também as questões relacionadas com o Pólo Sul poderão, nos próximos anos, vir a conhecer novas e diferentes formas de confronto, sobretudo por causa dos suspeitados recursos da Antártida «cuja calota de gelo, com uma espessura média de 2 Km, sob a qual se prospectiva a existência de enormes riquezas minerais» ⁽⁵⁾.

As doutrinas geoestratégicas tiveram vários antecedentes. Assim, as doutrinas que entroncam na produção teórica do alemão Ratzel degeneraram na tese do «espaço vital», sobretudo com o general Karl Haushofer. Foi a época de geopolítica, cujos resultados expansionistas são conhecidos.

Porém deve-se a Ratzel a noção de «posição» para caracterizar uma das qualidades do território. E a posição estratégica pode condicionar os comportamentos dos Estados no sistema internacional.

Estamos outra vez a aproximar-nos de uma questão que diz respeito a Portugal, onde tanto se fala da importância da posição estratégica.

De certa maneira, com o tópico «posição estratégica» estamos a fechar o ciclo do entendimento do que é estratégia: assim como para o iluminista, marechal Turenne, em pleno século XVIII, a estratégia era a arte de colocar as tropas no terreno antes do combate, hoje a posição estratégica de um território também se caracteriza pela movimentação complexa que origina. Ocupar ou negar espaços geográficos previstos

(5) Cor. Arnaldo MEDEIROS FERREIRA, «A NOEI, Aspectos Geoestratégicos», in *Revista Militar*, Lisboa, Set. 1983.

como fundamentais nas futuras manobras militares de uma guerra constitui grande parte da actividade estratégica das principais potências.

Chegamos assim a um outro nível da utilização do conceito de estratégia, agora empregue como sinónimo de avaliação do poder ou de potência, na medida em que a estratégia se preocupa «não só com o emprego mas também com o desenvolvimento ou correcção de determinados elementos do potencial nacional», como afirma Abel Cabral Couto no seu trabalho *Estratégia Estrutural Portuguesa* (6).

Assim, na acção estratégica de um Estado pode-se distinguir a *estratégia operacional*, ligada ao emprego dos meios disponíveis, a *estratégia estrutural*, que versa a composição, organização e articulação dos meios, e a *estratégia genética*, que tem por objecto a invenção, a construção ou a obtenção de novos meios.

Esta classificação merece os favores de alguns especialistas militares que pretendem ampliar o conceito de defesa e avaliar as vulnerabilidades e potencialidades do País, elaborando para o efeito os denominados «estudos de situação estratégica». Estes estudos constituem muitas vezes bons pontos de partida para a compreensão do comportamento dos Estados face à evolução internacional e podem ser aprofundados pelas ciências sociais, ultrapassando-se do mesmo passo o esquematismo daqueles estudos de situação estratégica e a esterilidade de muitas análises sociais de tipo universitário (7).

A estratégia estrutural tem sido aquela que mais se tem desenvolvido em Portugal, onde conta com alguma tradição metodológica provinda dos institutos militares, embora nem sempre isenta de preconceitos. Procura-se aí avaliar sobretudo o «poder nacional no mundo», limitando-se contudo quase sempre à compreensão e à extensão da situação estratégica portuguesa.

Para valorizar a posição estratégica portuguesa recorre-se sobretudo às características geográficas do território nacional, às suas funções num possível conflito Leste-Oeste, ao realce dado às vias marítimas que convergem ao

(6) Cor. Abel CABRAL COUTO, «Estratégia Estrutural Portuguesa», in *Revista Militar*, Lisboa.

(7) José MEDEIROS FERREIRA, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981 p. 11.

longo da costa continental, aos dois ou três bons portos ou baías que possuímos, certos produtos minerais e, mais recentemente, ao desenvolvimento do sistema de telecomunicações. Curiosamente, sempre que se fala da situação estratégica portuguesa omitem-se os efeitos que sobre ela pode exercer a instância da política externa.

Digamos, porém, como o geógrafo francês Vidal de la Blache: «a natureza propõe aos homens toda uma gama de possibilidades de acção; entre estas possibilidades o homem escolhe o seu caminho».

Que quer isto dizer em termos de comportamento do Estado português face à sua posição estratégica?

Quer dizer que deve ser o Estado português a fomentar a sua importância estratégica através de uma política externa adequada, apetrechando-se para apreender rapidamente a evolução da situação estratégica mundial e regional — o que requer um aparelho de investigação nacional abrigado das diferentes agências de propaganda; mantendo uma liberdade de acção internacional capaz de aumentar o seu poder negocial e de o proteger contra a atenuação da sua acção soberana em certas zonas do seu território. O fundamental é elaborar uma política externa que, tendo em conta os dados estratégicos, jogue com estes em vez de ser jogada por estes.

Aliás, a História de Portugal apresenta alguns exemplos do domínio que o Estado português exerceu sobre a sua situação estratégica na Península Ibérica. Assim, o sistema de alianças internacionais de Portugal, quando determinado por razões nacionais, dirigiu-se no sentido de diferenciar as funções estratégicas do território português das funções estratégicas do território espanhol, ou ainda no sentido de anular as funções da Península Ibérica por completo. Foi assim durante a Primeira Guerra Mundial, em que um dos factores da decisão portuguesa de entrar na guerra foi exactamente diferenciar Portugal da atitude neutral mantida pela Espanha. Daí a base naval em Leixões utilizada pela França, e daí o envio do corpo expedicionário português para a Flandres, tão perto estava ainda o «síndrome de Cartagena», provocado pela aproximação do rei espanhol Afonso XIII a Londres, em 1907 ⁽⁸⁾.

(⁸) Tema desenvolvido no seminário que orientei sobre A Política Externa da I República, no âmbito das actividades do departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no ano lectivo de 1981-1982.

O «síndrome de Cartagena» explica-se perfeitamente pela subalteridade da posição estratégica de Portugal face à posição estratégica da Espanha, quando os dois países têm as mesmas alianças extra-ibéricas. E, com efeito, o almirantado britânico tirou rapidamente as conclusões estratégicas da coincidência das alianças extrapeninsulares dos Estados portugueses e espanhol, após a aproximação da Espanha aos países da «Entente».

Assim, Churchill, quando entrou para o almirantado em 1912, espalhou a opinião de que, de um ponto de vista britânico, a Espanha era estratégica e militarmente mais importante do que Portugal e as suas possessões atlânticas e coloniais⁽⁹⁾. E as relações luso-britânicas passaram por um período difícil, revelado, por exemplo, pelas prolongadas discussões sobre a renovação do acordo comercial que só terminaram em 1916, exactamente o ano da entrada de Portugal na guerra. Em todo este período foram inúteis todos os pedidos da parte portuguesa para que a Inglaterra reafirmasse o seu empenhamento na aliança luso-britânica.

A entrada de Portugal a meio da Primeira Guerra Mundial foi, pois, uma forma de o nosso país se distinguir da Espanha que se manteve neutral e de voltar a ocupar a função de aliado ibérico de Londres. Prova-se assim que as decisões no domínio da política externa determinam as funções estratégicas de um território, que as não possui como qualidade absoluta.

A própria neutralidade de Portugal e de Espanha durante a Segunda Guerra Mundial foi um meio, que aliás interessou a todas as partes, de *anular* as funções estratégicas militares da Península Ibérica, na continuação da anulação da costa mediterrânica da França de Vichy. A Península Ibérica, pela política de neutralidade dos seus dois Estados, perde então importância estratégica com a excepção de Gibraltar nas mãos dos ingleses — e o Norte de África revelar-se-á o campo de confronto inicial entre a potência continental e a coligação marítima. Aqui temos um derradeiro exemplo da predominância do valor das decisões de política externa em relação aos factores geoestratégicos⁽¹⁰⁾.

(9) J. VINCENT-SMITH, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 43-44.

(10) Tema desenvolvido no seminário que orientei sobre «A política externa portuguesa entre as duas guerras mundiais», departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982-1983.

Conclusão:

Partimos da norma segundo a qual a estratégia deve estar subordinada aos fins políticos do Estado, nomeadamente na procura de maior liberdade de acção nas relações internacionais para promover uma maior segurança externa e o aumento do bem-estar interno.

Também, na medida em que a estratégia se destina — antes ou depois das guerras — a atingir determinados objectivos nacionais, ela é essencialmente um domínio dos Estados em situações de paz.

Ciência do Estado em períodos de paz, é por isso que ela tem por finalidade economizar o recurso à violência, senão sublimá-lo, pelo jogo complexo das relações internacionais.

A estratégia é, por conseguinte, mais necessária aos pequenos Estados do que às grandes potências na procura de situações internacionais de segurança em que os interesses nacionais possam ser defendidos sem recurso à violência. Léo Hamon, especialista francês, intitulou uma das suas obras exactamente «A Estratégia Contra a Guerra».

O Estado português é pois, por excelência, um dos mais interessados no aprofundamento dos conhecimentos sobre a evolução estratégica mundial e os efeitos dessa evolução na situação internacional.

Gostaria, no entanto, de me insurgir contra um certo estado de espírito segundo o qual Portugal seria muito mais escravo da sua posição estratégica do que senhor dela. Ora são as relações internacionais que dão conteúdo à situação estratégica de um Estado soberano. Só para os Estados de soberania limitada é que a sua posição estratégica determina a sua política externa. Portugal terá pois que ser soberano da sua posição estratégica.

Porém, para que se esclareçam os espíritos, sobre a liberdade de acção do Estado português é necessário o aprofundamento dos conhecimentos estratégicos e a rápida apreensão dos fenómenos internacionais. Daí a importância dessas disciplinas nos *curricula* das universidades portuguesas.

Incluí-las nos *curricula* universitários não basta. É necessário criar condições para uma autêntica liberdade intelectual dos universitários, sejam professores ou estudantes, quer no manuseamento das teorias, quer na aplicação das metodologias ou na discussão dos resultados.

Para isso o principal esforço deve ser empregue na escolha de boas fontes de informação, na capacidade de saber distinguir os dados pertinentes

das operações de propaganda e de intoxicação, assim como na diversificação e pluridade das aproximações metodológicas e interdisciplinares.

É evidente competir às universidades essa função, e em primeiríssimo lugar. Temos entre nós uma pequena tradição no campo das ciências sociais, e, do ponto de vista em que me coloco, às vezes mais vale não estar filiado em nenhuma escola de pensamento, embora todas elas sejam respeitáveis desde que permitam a livre discussão e a livre investigação.

Em matérias tão propícias à especulação, à ideologização e à propaganda, uma atitude positivista e empírica pode não permitir toda a ciência mas evita alguns erros graves.

José Medeiros Ferreira

Docente do Departamento de História
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa